



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SISTEMA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS/SIAG-C

Contrato Nº 32/2010

Contratos que entre si celebram SECRETARIA DE ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE e a empresa LAICE DA SILVA PEREIRA- ME, tendo por objeto, **Contratação de empresa para fornecimento de alimentação preparada**, conforme o edital e seus anexos.

O ESTADO DE MATO GROSSO por meio da(o) SECRETARIA DE ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, doravante denominada **Contratante**, com sede no(a) RUA C ESQUINA C/ RUA F S/Nº - Cuiabá-MT, inscrita no CNPJ sob nº.07.472.738/0001-09, neste ato representado por Moacir Couto Filho, residente na Rua Manoel Leopoldino, Bairro Araés, nº 102, no município de Cuiabá - MT, portador do RG nº 3600650 e do CPF nº 77060393153, e de outro lado a Empresa LAICE DA SILVA PEREIRA- ME, doravante denominada simplesmente **Contratada**, localizada à PRAÇA MOREIRA CABRAL, 48, inscrita no CNPJ sob nº 15013188000180, neste ato representada por Laice da Silva Pereira, residente à Praça Moreira Cabral, bairro Centro, nº 48, no município de Cuiabá - MT, portador do RG nº 1804 e do CPF nº 24203793149, considerando a autorização para aquisição do objeto de que trata o processo nº 0248705, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº. 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores e, no que couber, a lei nº10.520, de 17/07/2002, assim como, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos, pelas disposições de direito privado e pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

Cláusula Primeira - Do Objeto:

Contratação de empresa para fornecimento de alimentação preparada, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 005/2010/SEMA/MT, bem como, a proposta da contratada, que fazem parte integrante deste contrato.

Cláusula Segunda - Das Especificações e Quantidades dos Produtos:

2.1 Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:a)Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, ?d? e § 5º da Lei 8.666/93;b)Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.2.2. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.2.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).2.4. Os preços para os bens contratados são os constantes da proposta apresentada no Pregão, conforme discriminação abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Unit	Valor
1016095	MARMITEX - FORNECIDO POR PESSOA JURÍDICA QUE DISPONHA DE ALVARÁ SANITÁRIO EM PLENA REGULARIDADE, ACOMPANHADA DE GARFO DE PLÁSTICO, COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS DE ALIMENTOS, CONTENDO: ARROZ, FEIJÃO, SALADA DE LEGUMES (UM TIPO), UM TIPO DE CARNE (BOVINA OU FRANGO) E UM TIPO DE SALADA VERDE, ENTREGUE ANEXA À MARMITEX E DEVIDAMENTE ACONDICIONADA, ACOMPANHADO DE UM COPO DE ÁGUA MINERAL DE 200ML. EVENTOS EM CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE. UNIDADE.	UNIDADE	100	8.50	850.00
1019252	COQUETEL ESPECIAL: 03 TIPOS DE SALGADOS FRITOS, 03 TIPOS DE SALGADO ASSADO, 02 TIPO DE PATÊ COM PÃO ACOMPANHADO, 02 TIPOS DE BOLOS, 02 TIPOS DE REFRIGERANTE NORMAL E DIET, DOIS TIPOS DE SUCOS, ACOMPANHA GARÇOM (01 GARÇOM). POR PESSOA.	UNIDADE	1500	8.00	12000.00
66570	CAFÉ DA MANHÃ - FORNECIDO POR PESSOA JURÍDICA QUE DISPONHA DE ALVARÁ SANITÁRIO EM PLENA REGULARIDADE, COMPOSTO DOS SEGUINTE ITENS: 02 TIPOS DE SUCOS (01 DIET), 05 TIPOS DE SALGADOS (03 ASSADOS, 02 FRITOS), PÃO FRANCÊS, FRIOS (QUEIJO MUSSARELA, PRESUNTO), 02 TIPOS DE BOLOS, 01 CANAPÊ, LEITE, ACHOCOLATADO, MINI SANDUICHE E SALADA DE FRUTAS, INCLUSO UTENSÍLIOS. EVENTOS EM CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE. POR PESSOA.	UNIDADE	1500	9.70	14550.00

Cláusula Terceira - Das Obrigações da Contratada:

3.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal; 3.2. A empresa deverá iniciar a execução do serviço objeto deste certame com a publicação do extrato de contrato e terá duração de 12 (doze) meses, devendo ser entregue de acordo com as solicitações dos setores demandantes; 3.3. Executar os serviços objeto da licitação, sendo que deverão ser fornecidos os serviços esperados conforme Especificação Técnica do Termo de Referencia (Anexo I do Edital do

Pregão Presencial nº 005/2010/SEMA/MT), devendo, obrigatoriamente, apresentar Nota Fiscal, que deverá estar acompanhada dos seguintes documentos: Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS.;3.4. Entregar os serviços com antecedência necessária contra-apresentação da Ordem de Fornecimento (Tickets, Requisição ou OS)3.5. Zelar pela qualidade dos serviços entregues, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 005/2010/SEMA/MT;3.6. Responsabilizar-se pelos eventuais danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar ao CONTRATANTE, principalmente em decorrência da má qualidade dos serviços entregues;3.7. Corrigir as irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital, conforme relatório apresentado pelo Setor Demandante;3.8. Manter em dia as obrigações concernentes à Fazenda Pública Federal e Estadual, seguridade social e contribuição ao FGTS, durante toda a vigência deste contrato;3.9. Substituir, após notificação formal, os serviços prestados em desacordo com as especificações do edital, conforme anexos e com a respectivas proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);3.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;3.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da contratante, no tocante a prestação do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato;3.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;3.13. Comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;3.14. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;3.15. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;3.16. O Contrato advindo do presente pregão somente poderá ser celebrado a partir da autorização de adesão da Secretaria de Estado de Administração;3.17. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).3.18. Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho, a sessão será retomada e, os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades dispostas no item 12 do Edital do Pregão Presencial nº 005/2010/SEMA/MT

Cláusula Quarta - Da Execução do Contrato:

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com Cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;4.2. O fornecimento dos serviços ora contratados serão acompanhados e fiscalizados pela Coordenadoria de Apoio Logístico/SEMA/MT representante da Contratante, com atribuições específicas;4.3. A fiscalização exercida na prestação dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

Cláusula Quinta – Da Garantia Contratual:

5.1. Não será cobrada Garantia Contratual da empresa contratada.

Cláusula Sexta – Das Obrigações do Contratante:

6.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; 6.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências; 6.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital; 6.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 6.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado; 6.6. O Serviço objeto deste certame deverá ser acompanhado pela Coordenadoria de Apoio Logístico/SEMA; 6.7. O Setor Demandante registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópias à adjudicatária para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital; 6.8. O serviço será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:

- a) Apresentem vícios de qualidade ou impropriedade.
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato.
- c) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste Edital.
- d) não cumprimento por parte da empresa adjudicatária quanto a apresentação dos relatórios exigidos nos item 11.5.7 e seguintes do Edital do Pregão Presencial nº 005/2010/SEMA/MT.

6.9. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

Cláusula Sétima – Da Dotação Orçamentária:

7.1 - Os recursos para pagamento dos serviços do referido objeto será (ao) da(s) seguintes dotação(ões) orçamentárias:

Programa: 177, 180, 181, 179, 178, 036, 226.

Ação: 2333, 4082, 2354, 2349, 3920, 3940, 1545, 4062, 4216, 2352, 4002, 2007.

Medida: 1

Tarefa: 1

Região: 9900.

Natureza de despesa: 33903900.

Fonte: 109, 100, 240.

Cláusula Oitava – Do Pagamento:

8.1. Efetuar pagamento o qual deverá obedecer aos termos do Decreto nº 4.752, de 06 de agosto de 2002, c/c o Decreto nº 4.747, de 22 de junho de 1994, bem como na conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, após a execução dos serviços, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente até o 15º (décimo quinto) dia útil, contado a partir do recebimento da Fatura/Nota Fiscal, e devidamente atestado pela Coordenadoria de Apoio Logístico/SEMA/MT. 8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária; Parágrafo Primeiro - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação. Parágrafo

Segundo - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.8.3. Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de Notas Fiscais/Fatura com a efetiva prestação dos serviços objeto deste Edital de Pregão Presencial nº 005/2010/SEMA/MT, devidamente atestados pelo Setor Demandante - Coordenadoria de Apoio Logístico/SEMA/MT, acompanhada da Certidão de regularidade junto ao INSS e FGTS e Certidões Negativas da Fazenda Federal, Estadual e Municipal.8.4. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, endereço: Rua C esquina com a rua F - Centro Político Administrativo - Palácio Paiaguás, CNPJ: nº 07.472.738/0001-09 e deverão ser entregues no local indicado pela Contratante.8.5. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring?; 8.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;8.6.Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou atualização monetária;8.7.O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia;8.8.Sobre o valor constante da Nota Fiscal de Serviços a SEMA/MT reterá: a) 11% (onze por cento) a título de contribuição previdenciária, conforme os INSS/DAF nº 209/99 e art.105, Dec.7.217/2006; b) o percentual relativo ao ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e recolher, em nome da contratada, ao Poder Executivo Municipal, obedecida a legislação vigente, cujo valor deverá ser destacado na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços; c) 1% (um por cento) a título de Imposto de Renda, conforme disposto no artigo 649 do RIR/99.

Projeto Atividade	Natureza Despesa	Fonte Recurso
4002.9900 - FORMAÇÃO GERENCIAL	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	240 - RECURSOS PRÓPRIOS
2333.9900 - LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	109 - RECURSOS DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PROVENIENTE DA EXPLORAÇÃO MINERAL, RECURSOS HÍDRICOS E PETRÓLEO
4082.9900 - FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES POLUIDORAS	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	109 - RECURSOS DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PROVENIENTE DA EXPLORAÇÃO MINERAL, RECURSOS HÍDRICOS E PETRÓLEO
2354.9900 - FISCALIZAÇÃO DA PESCA, CAÇA E TRAFICO DE ANIMAIS	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOIRO ESTADUAL
2349.9900 - FISCALIZAÇÃO DE DESMATAMENTO E QUEIMADAS	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOIRO ESTADUAL
3920.9900 - IMPLANTAR SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOIRO ESTADUAL

Projeto Atividade	Natureza Despesa	Fonte Recurso
3940.9900 - CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	240 - RECURSOS PRÓPRIOS
1545.9900 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NO ESTADO DE MATO GROSSO	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	109 - RECURSOS DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PROVENIENTE DA EXPLORAÇÃO MINERAL, RECURSOS HÍDRICOS E PETRÓLEO
4062.9900 - CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS BIOMAS	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOIRO ESTADUAL
4062.9900 - CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS BIOMAS	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	240 - RECURSOS PRÓPRIOS
4216.9900 - CONSERVAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE E DO PATRIMONIO PESQUEIRO	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	109 - RECURSOS DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PROVENIENTE DA EXPLORAÇÃO MINERAL, RECURSOS HÍDRICOS E PETRÓLEO
2352.9900 - MONITORAMENTO DA COBERTURA VEGETAL E DE QUEIMADAS	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOIRO ESTADUAL
2007.9900 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	240 - RECURSOS PRÓPRIOS

Cláusula Nona – Da Vigência:

9.1. Este instrumento vigorará a partir de sua publicação do seu extrato no Diário Oficial pelo prazo de 12 (doze) meses, sendo o fornecimento de acordo com as solicitações dos setores demandantes.

Cláusula Décima – Da Rescisão:

10.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pelo contratado, assegurará ao Contratante o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

Cláusula Décima Primeira – Das Sanções:

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte: a) atraso de até 5 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento); b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso; 11.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os serviços prestados, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação: a) atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento). b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de

atraso;11.3. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.11.4. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:11.4.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;11.4.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Secretaria do Meio Ambiente, por prazo de até 5(cinco) anos, e;11.4.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;11.5.A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;11.6.A multa, eventualmente imposta à adjudicatária, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;11.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Administração.11.8. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

Cláusula Décima Segunda – Do Direito de Petição:

12.1. No tocante à recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Terceira - Da Fiscalização e Acompanhamento:

13.1. - Será designado, pela Contratante, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do evento, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à Contratada o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da Administração do Contratante ou terceiros ligados aos serviços.PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pelo Contratante não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da Contratada.

Cláusula Décima Quarta – Das Disposições Gerais:

14.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.14.2. O Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério do Contratante, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste Contrato;14.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes;14.3. O Contratante poderá revogar este Contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;14.3.1. A

declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;14.3.2. A nulidade não exonera o Contratante do dever de indenizar o Contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa;14.3.3. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato.

Cláusula Décima Quinta - Do Foro:

15.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá - MT, 02 de Junho de 2010

Moacir Couto Filho
Secretário Adjunto Executivo
CONTRATANTE

Laice da Silva Pereira
Representante
CONTRATADA

Fernanda Bertholdo Campos de Souza
TESTEMUNHA 1

Ana Maria de Jesus Nascimento
TESTEMUNHA 2